

EDITORIAL

A *avaliação* – nossa revista completou seis anos. Desde meados de 1996, já se contam 25 edições dedicadas à discussão da temática da avaliação e da educação superior. Alguns textos apresentam abordagens técnicas, vários são propositivos e muitos outros elaboram análises, reflexões e críticas a respeito das políticas de avaliação e reformas da educação superior no Brasil, na América Latina, no mundo. Ainda está bem atual o que afirmávamos no editorial do número que inaugurava esta publicação: “neste e nos próximos números, a comunidade acadêmica e científica tentará compreender e explicar os princípios e as metodologias dessa avaliação [institucional da Educação Superior], as razões de sua emergência e de sua expansão nacional nos tempos atuais, o fato de que primeiro se implantou na universidade e não em outro tipo ou nível de escola ou mesmo em outra instituição diferente, as dificuldades específicas de realização, os avanços em situações e lugares concretos, os benefícios dessa ação coletiva para o sistema educacional e por que a avaliação institucional das IES é um campo de ferrenha disputa”.

Tínhamos consciência das dificuldades, mas não imaginávamos que seria tão avassalador o aumento do poder de controle que os Estados passaram a exercer sobre a educação, usando como instrumentos centrais os sistemas de avaliação. Para dar maior efetividade ao controle, os Estados, mediante intelectuais e administradores postos a seu serviço, com grande apoio da mídia, desenvolveram a estratégia da despolitização da avaliação, como se esta fosse tão somente um mecanismo técnico, não comportasse valores e nem pudesse dar espaço a qualquer dimensão subjetiva. Por isso, um grande número de textos, nestes 25 números da revista *Avaliação*, trataram de fazer a crítica à desdemocratização produzida pelos Estados neo-liberais ou assemelhados e aos modelos de avaliação que os instrumentam. Neste 25º número esta questão está presente, em textos que tratam da tecnificação da sociedade, do tecnicismo educacional, da avaliação tecnocrática, bem como do papel dos novos intelectuais técnicos transnacionalizados.

Uma das mais graves crises do mundo hodierno pode ser identificada como crise da subjetividade. Do ponto de vista epistemológico, isso corresponde ao predomínio do objetivismo e do quantitativismo. Do ponto de vista ético, aos valores do individualismo – sucesso individual – e a ideologia do mercado. A racionalidade técnica se põe a serviço do mercado e abafa os valores da cidadania e da participação social. Os dois primeiros artigos desta edição nos ajudam a entender as bases históricas e filosóficas desse fenômeno e seus efeitos pedagógicos e políticos na educação superior e, de modo particular, na avaliação.

João dos Reis Silva Jr. desenvolve um estudo sobre as relações entre Estado Moderno, Cidadania Liberal e Educação, para mostrar a degradação do processo social no capitalismo. Essa reflexão com base na história contribui para a compreensão de por que os direitos sociais hoje se transformaram em mercadorias e por que se exige que a cidadania seja produtiva. As relações interpessoais se esgarçam, a subjetividade se anula, os cidadãos são condenados à competitividade individual. O Estado Nacional pouco intervém na esfera econômica e social, porém transfere as responsabilidades à sociedade civil, sobre a qual aumenta o poder de controle e fiscalização, especialmente através dos mecanismos de avaliação e as políticas de financiamento.

Jamil Ibrahim Iskandar e Kleber B. Candioto refletem sobre o dualismo cartesiano e o materialismo, que inspiraram fortemente a educação tecnicista brasileira, bem como a avaliação que corresponde a esse paradigma. A abordagem adotada parte da filosofia da mente de J. Searle. Duas conclusões merecem destaque, dentre outras possíveis. Uma diz respeito ao caráter reducionista do tecnicismo, e isso vale tanto para a educação em geral, quanto para a avaliação de corte tecnicista. A outra se refere à equivocada oposição que muitas vezes ainda se estabelece entre a objetividade e a subjetividade, como concepção de mundo, sua derivação epistemológica, bem como a escolha e uso de uma metodologia, muitas vezes feitos de modo excludente.

Aluí Oliveira Barbisan propõe um modelo de avaliação da extensão constituído de um conjunto de indicadores a respeito da clientela, da estrutura institucional, do desempenho e das mudanças sociais produzidas. O autor busca contribuir para a definição de uma linguagem comum em avaliação da extensão, a sistematização de indicadores, bem como para o estabelecimento de uma forma de calcular cada indicador.

Telma Mildner e Leila Nascimento da Silva analisam um instrumento de avaliação técnica. Em texto publicado na edição anterior, Mildner e Silva haviam concluído que as provas do ENEM apresentavam uma relativa ausência de validade de conteúdo na Área de Conhecimento Língua Portuguesa e Literatura. No presente estudo, a análise recai sobre a Área de Química. A conclusão é preocupante: o ENEM se mostra refutável como alternativa ou complemento aos cursos vestibulares, pois em boa parte as provas não apresentam validade de conteúdo, ou seja, muitos de seus itens não são adequados para os objetivos de aferir as competências, habilidades e conteúdos articulados. Se assim é, segundo os autores, torna-se urgente a necessidade de investigações sistemáticas sobre as provas do ENEM aplicadas a todas as áreas de conhecimento.

José Carlos Rothen é um administrador de uma IES. Com o objetivo de buscar alguns elementos úteis para elaboração de políticas para a sua instituição, analisou a avaliação das *Condições de Oferta de Cursos* promovida em 1999. O

trabalho busca respostas para três perguntas. Primeiramente, o quê é avaliado? Em segundo lugar, como desdobramento, quais as mudanças que os indicadores induzem? Essas questões se remetem ao objetivo principal do trabalho: é possível identificar nesses indicadores critérios para elaboração de política institucional? Conclui o autor que é muito difícil ao administrador propor políticas institucionais com base nos indicadores utilizados, dada a heterogeneidade dos indicadores e critérios utilizados pelas diversas comissões.

Maria Ruth Carrillo e Neide das Graças de Souza refletem sobre o papel do Estágio Supervisionado em Análises Clínicas na formação dos estudantes, propondo a superação meramente técnica do profissional. Em outras palavras, pensam no resgate do papel social do farmacêutico como um profissional-cidadão. De modo particular, focalizam a formação social e cidadã do profissional de Farmácia a partir do projeto Educação para a saúde: prevenção e tratamento de verminose, anemia e desnutrição - que foi desenvolvido em parceria com uma comunidade escolar no município de Ouro Preto.

Maria Amélia S. Zainko e Maria Lourdes Gisi avaliam uma proposta de articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação no processo de formação continuada de professores da educação superior. A proposta está centrada na busca de uma formação que permita às pessoas continuar sustentando um projeto político-pedagógico fundado em princípios como a democracia, a autonomia, a pertinência e a responsabilidade social, que devem permear todas as ações de uma instituição universitária. Relatam os resultados da pesquisa avaliativa levada a efeito junto aos professores da Área de Educação da PUCPR, com o propósito de avaliar a percepção que os mesmos têm sobre a experiência vivenciada de melhoria da qualidade acadêmica, utilizando o princípio educativo da pesquisa científica como diretriz do processo de formação continuada de professores que atuam na educação superior, tanto na graduação como na pós-graduação.

Mário Luiz Neves de Azevedo e Afrânio Mendes Catani tratam da formação de quadros dirigentes transnacionais. Para eles, os MBAs são um meio de disseminação da cultura empresarial mundializada, servindo de passaporte para os profissionais que disputam cargos de dirigentes transnacionalizados. Analisam, em particular, o papel da *Universidad del CEMA*, como núcleo de transposição de um conjunto de valores identificados como norte-americanismo, isto é, um exemplo de instituição formadora de quadros internacionais na Argentina durante o período do governo liberal-reformista de Carlos Saúl Menem (1989-1999).

José Dias Sobrinho
editor